

13.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Odivelas

26.07.2016

Ponto 1

Malaposta – Que Futuro?

Em todo este debate há uma questão que parece impor-se e essa questão é a seguinte: **o que obsta a que a CMO tenha um departamento sociocultural devidamente apetrechado de meios humanos e técnicos capazes de ser o motor, em parcerias com entidades locais (já existentes e com provas dadas), das actividades culturais do Concelho? Ou será que de facto já tem esse departamento e o sub-aproveita ou menospreza?**

Uma outra é essa de **sabermos que Malaposta temos tido e qual a Malaposta que queremos e podemos ter**. Esta última questão envolve evidentemente essa outra do financiamento à cultura o qual deve ser rigoroso e envolver de modo privilegiado os agentes locais, até como forma de se conseguirem economias de escala.

Ao analisarmos todo este processo desde os tempos da criação da Odivelcultur, à Municipália e por fim à tentativa de concessão/ privatização da Malaposta fica-nos a sensação acre e conspícua de estarmos perante uma obstinação política sem qualquer sustentação.

Em particular neste processo de concessão/privatização da Malaposta parece que a Maioria tentou criar uma nuvem mental, tale quale neblina em crepúsculo, que impede uma visão clara do horizonte das acções possíveis.

Parece que essa falta de visão vem atravessando o tempo desde o fim da Amascultura.

Passemos em revista alguns números que nos ajudarão a perceber todo o insólito desta problemática:

- Logo na criação em 2002 da Odivelcultur a CMO constata que para viabilizar essa empresa terá de efectuar subsídios à exploração que em 2003 rondariam os 401 000€.

Reparem nas discrepâncias entre os valores previsionais dos proveitos e os valores reais no ano de 2003:

Prevê-se arrecadar 207 981 € e realizam-se 26 087 €

- Em 2004 a mesma empresa para um total de custos e perdas de 839 000 € apresenta um valor de ganhos de 62 900€. A CMO transfere para cobertura de prejuízos um valor de 680 000€ + 189 798€. E ainda assim no final subsiste ainda um resultado negativo de 176 000€.
- Em 2005 a Odivelcultur apresenta resultados líquidos positivos, mas deve sublinhar-se que o subsídio à exploração cedido pela CMO ultrapassou os 850 000€;

- Em 2006 o resultado líquido do exercício é igualmente negativo (- 83 447€) e o subsídio da CMO à exploração foi de 651 000 €
- Em 2007 mais uma vez é proposta a atribuição de um subsídio à exploração da Odivelcultur de 879 750€ .
- Com a criação da Municipália os subsídios à exploração ultrapassarão sempre entre 2008 e 2013 (excluído este último ano), o valor de 1 000 000 €, totalizando nesse período um valor superior a 5, 5 milhões de euros.
- Apesar desses subsídios constata-se que os resultados líquidos de exploração da Municipália, são sistematicamente negativos. Entre 2009 e 2013 a soma desses resultados líquidos negativos ultrapassa os 1,6 milhões, com particular ênfase para o ano de 2013 em que atingem o valor de 749 000 €.

Importa reter em relação a este último ano a tentativa de viabilização da Municipália com a introdução na sua esfera de acção do Multiusos o qual contribuiria por si só com 315 521 € de resultados líquidos negativos.

Em conclusão e feitas as contas globais, em dez anos a CMO investiu quase 10,5 milhões de euros na Municipália.

A análise destes números evidencia a obstinada persistência numa decisão política errada. Evidência também e por diversos momentos, uma gestão pouco rigorosa que os números tornam indesmentível. Os documentos previsionais nunca acertam com a situação real. Quadros previsionais irrealistas conduzem inevitavelmente a desastres financeiros. Foi o que aconteceu. É o que acontecerá se não se mudar de rumo.

Mas a análise fria destes números mostra igualmente a falta de flexibilidade da gestão política na procura de soluções que mantendo a qualidade possam ser menos onerosas. De facto, ao longo de todos estes anos houve sempre a recusa de colocar em causa o modelo e de sobretudo fazer uma forte aposta nos departamentos municipais e nas organizações locais ligadas à cultura.

Uma questão se coloca: **com o fim da Amascultura não seria lógico concluir que a Malaposta deixava de ser uma aposta de âmbito intermunicipal para passar a ter que ser gerida tendo sobretudo em conta as possíveis dinâmicas culturais geradas e a desenvolver no próprio domínio concelhio?**

Contudo, parece que esta realidade passou ao lado de quem geria e de quem ainda gere o Município.

Mas eis que agora e uma vez mais surge sob a égide da Maioria PS/PSD uma solução milagrosa, a da concessão, solução essa que importa analisar com cuidado e detalhe.

Vejamos então os seus pressupostos:

Logo na informação ao Sr. Vereador Edgar Valles pode ler-se e destacamos...

“Para além do Município não dispor de recursos humanos que teriam de ficar adstritos ao equipamento.... os constrangimentos de ordem financeira impostos pela legislação não permitem o investimento necessário em recursos próprios.... “

A interpretação da situação é perfeitamente parcial e contorna a questão de fundo. Na realidade nada obsta a que a CMO proceda a contratos de prestação de serviços ou a sub-adjudações de parte das actividades, como aliás já faz em muitas outras áreas.

E com pouco mais se conclui de imediato no texto referido que a solução é a concessão.

E qual é o objecto da concessão?

A resposta é: a gestão, a exploração e a manutenção da Malaposta.

Mas vejamos ainda a clausula 9ª relativa às obrigações do concessionário:

Pode ler-se:”... *produzir e realizar toda a programação de cariz artístico ...*”

E perguntamos: e a CMO não tem nada a especificar sobre a política cultural ali desenvolvida? A CMO não tem palavra sobre os conteúdos da programação?

A resposta vem célere na cláusula 10ª que define o número de espetáculos. Não os transcrevemos por questão de tempo, mas se confrontarmos com a actividade realizada pela Malaposta até aqui, entendemos a extensão do que se reduzirá em actividades culturais ali promovidas e no que respeita aos seus conteúdos é caso para dizer que “seja o que Deus quiser...”.

E quanto a preços de bilheteira? Alguma coisa especificada?

A resposta é não!

O privado que decida de acordo com as “sagradas leis do mercado”!

E quanto à possibilidade de utilização dos espaços e materiais existentes na Malaposta pelas colectividades e associações culturais concelhias, alguma coisa especificada?

A resposta é: não.

E mesmo no anexo C) no que respeita à utilização dos serviços de bar e cafetaria se deixa uma porta aberta ao privado.

Por isto, a CMO propõe-se entregar ao privado a verba anual de 280 000€!

E a sustentar esta decisão obviamente que se apresenta um estudo de viabilidade económica o qual se suporta em pressupostos altamente questionáveis. **Mas fica bem proceder assim! É politicamente correto!**

Apenas uma nota: mesmo quando o crescimento populacional de Odivelas se adapta perfeitamente a um modelo logístico (1900-2014; $r = 0,94$), esse estudo parece ignorá-lo e apresenta como um dos argumentos de viabilidade o crescimento sustentado da população a uma taxa composta de 0,53%/ano. Ora se repercutirmos essa taxa num intervalo de 5 anos o que nos parece que se obtém é um aumento de 2,6% ao fim desse tempo e não de 10% ao ano.

Daqui se conclui que a outra parcela (7,5%) de aumento da bilheteira terão de vir da redução da taxa de analfabetismo. Mas isso é negado no parágrafo 50 da pág. 14 do estudo. Enfim...coitados dos números... não os torturem mais!

Vejamos então o que nos garante a Maioria que gere actualmente o Município.

Primeiro: a CMO garante que não haverá redução de oferta cultural.

A pergunta subsequente é:

- o que andaram a fazer todos estes anos em que foi necessário investir milhões? É que se não vai haver diminuição de oferta isso só pode significar que estamos perante um longo período em que a gestão deixou muito a desejar!

Segundo: de facto vai haver diminuição da oferta e quanto ao acesso a essa oferta decorrente dos preços praticados, isso vai depender do privado.

A conclusão impõe-se: A CMO demite-se do assunto.

Terceiro e talvez mais importante: porquê essa obstinação em não procurar alternativas?

A proposta de concessão/privatização da Malaposta, ao invés de uma séria aposta num forte departamento sócio cultural, revela demissão e um desvalorizar sem sentido das sinergias que ao nível do nosso Concelho se podem gerar em torno da cultura.

Assim se tenta corrigir um erro com outro ainda maior.

Nós sabemos e sempre o afirmámos que a cultura implica investimentos. Nós sabemos que esses investimentos não têm a maior parte das vezes um retorno de curto prazo. Mas nós não temos dúvidas que a prazo o investimento na cultura é um elemento decisivo para a construção e o desenvolvimento de uma sociedade democrática. E também não temos dúvidas sobre a necessidade do rigor na gestão das verbas direccionadas para a cultura.

Por isto e muito mais que o tempo não nos permite, dizemos que ao invés de um concurso público internacional para a concessão da Malaposta importa agora fazer uma aposta concelhia com todas as forças políticas, com os trabalhadores do Município, com todas as colectividades e associações, com todas as forças vivas do Concelho. É a vez de dar oportunidade a essa junção de vontades e sinergias. É tempo de diálogo e reflexão!

É esse o desafio que colocamos a esta Assembleia.

Odivelas, 26 de Julho de 2016

Os eleitos da CDU na
Assembleia Municipal de Odivelas